



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NÚRIA CLAUCIANA BARROS DA SILVA

**SER ESTUDANTE E MÃE PRETA NA DIÁSPORA:
UM ESTUDO DE CASO NA UNILAB, ENTRE 2014 À 2020**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

NÚRIA CLAUCIANA BARROS DA SILVA

**SER ESTUDANTE E MÃE PRETA NA DIÁSPORA:
UM ESTUDO DE CASO NA UNILAB, ENTRE 2014 À 2020**

Trabalho de conclusão de curso, modalidade Projeto Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, *Campus* dos Malês, das Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dra. Rutte Tavares Cardoso Andrade.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

NÚRIA CLAUCIANA BARROS DA SILVA

**SER ESTUDANTE E MÃE PRETA NA DIÁSPORA:
UM ESTUDO DE CASO NA UNILAB, ENTRE 2014 À 2020**

Trabalho de conclusão de curso, modalidade Projeto Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, das Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA

Professora Rutte Tavares Cardoso Andrade (Professora Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusófono Afro-Brasileira –UNILAB

Professora Eliane Costa Santos (Professora Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

Professora Layla Pedreira Carvalho (Professora Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

SUMÁRIO

1-Introdução -----	5
2- Justificativa e Problema de Pesquisa -----	7
3 - Objetivos-----	9
4 - Hipótese-----	10
5 - Referencial Teórico-----	11
6 - Metodologia De Pesquisa-----	21
7 - Cronograma De Pesquisa-----	22
Referências -----	23

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a experiência de resistência das mães estudantes pretas na Instituição de Ensino Superior, na UNILAB, *Campus dos Malês*, no período de 2014 a 2020. A Sede da Unilab, *Campus dos Malês*, fica situado no município de São Francisco do Conde. Trata-se de um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Salvador, no estado da Bahia. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística era de 40 245 habitantes (IBGE, 2020).

Neste exercício de teorização, a partir das experiências vividas e doídas contidamente pelas estudantes pretas, faremos uma análise sobre os desafios e constrangimentos vivenciadas pelas estudantes pretas e seus desafios de maternidade, durante a sua permanência no ensino superior, as políticas institucionais para promover a integridade intelectual, emocional, espiritual das estudantes das mesmas, durante a sua travessia acadêmica.

Os motivos que me impulsionaram a escrever esse trabalho são: durante a minha gravidez tive que mudar de estado, porque no início era difícil lidar com gravidez ainda mais a primeira gravidez, sem experiência, por isso, decide mudar de Espírito Santos para a Bahia e ficar junto com meu parceiro. Durante esse processo, acontece que já tinha realizado ENEM, através da minha nota, candidatei e ingressei na Unilab. A minha mudança de um estado para outro, não é somente ingressar na universidade, mas também dividir a maternidade com o meu parceiro e puder conhecer as outras mães *da primeira viagem*.

No início do meu estudo no ano de 2018, tive oportunidade de conversar com elas e ouvir os relatos de experiências de conciliar a maternidade com a jornada acadêmica. As experiências subjetivas, que escutei, traduziam os desafios e resistências das mães pretas acadêmicas e me afetaram integralmente. Os relatos sobre a maternidade e a academia me fizeram perceberem que se tratavam de fenômeno subjetivo-coletivo, compartilhadas por mim e seguramente demais mulheres pretas acadêmicas ao nosso entorno.

Diante destas dificuldades e juntos com a Professora Laila e demais estudantes pretas dos países africanos parceiros da Unilab, incluindo as pretas brasileiras, elaboramos um projeto de extensão, com o propósito de atender as demandas das mães acadêmicas, em especial as pretas.

O promissor e ambicioso projeto denominado Faculdade das Crias, “Facul das Crias”, foi coordenado pela Professora Laila, e eu fui agraciada com a primeira bolsa remunerada, no período de, 2019 a 2020. A Pandemia de Covid 2019, que condicionou todas as atividades presenciais, nas Instituições de Ensino, não impediu a continuidade do projeto.

Na “Facul das crias” cuidamos das crianças enquanto as mães assistem as aulas ou realizam atividades de pesquisas, na biblioteca estudando, brincamos com as crianças trocamos as fraldas e se a mãe deixar alguma merenda agente dá para criança, fazemos de tudo para que a mãe estude sem se preocupar. Mesmo assim, as mães voltavam para ver se a sua cria não estava chorando por ser primeiro dia, ou para dar de mamar.

Como mãe, estudante e bolsista do projeto, eu pude presenciar e compartilhar com as demais colegas estudantes mães, o sentimento de angústia e desespero das mães, no momento de assistir as aulas e de realizar as atividades acadêmicas. Com a implementação da Facul das Crias, as estudantes mães, deixavam as crianças no espaço de cuidado e acolhimento, que são acompanhadas tanto pelas estudantes mães como algumas docentes, que voluntariamente apoiam e colaboram com o projeto.

Todas estas experiências sistematizadas a partir dos desafios e (des) encantos da maternidade alinhadas a jornada acadêmica, proporcionaram-me, mais sensibilidade e consciência crítica sobre problemas (opressões) de gênero, raça, classe entre outras, que marcam a experiências das mulheres em especial as pretas. Passei a problematizar o modelo de instituição como a Universidade e suas estruturas excludentes. Uma instituição que poderia contemplar condições em termos de infraestruturas e políticas públicas pensadas para estudantes mães, no sentido de promover a inclusão e direito ao acesso e permanência das mulheres pretas mães no ensino superior.

Sendo assim, trago as dificuldades das mães dos países africanos Parceiros da Unilab (Angola, Cabo-Verde Guiné-Bissau e São Tome e Príncipe), mulheres pretas que ao adentrarem ao território brasileiro (maior população preta fora do continente africano) são chamadas de estrangeiras como reflexo da xenofobia. Ademais, o desafio de resistir cotidianamente ao racismo estrutural, as dinâmicas sociais configuradas a partir do patriarcado Ocidental (fenômenos de opressões e exclusão dentro das instituições de ensino superior), faz com que as estudantes mães

pretas, compartilhem as mesmas condições e objetivos que as pretas brasileiras, por compartilharmos a bio-ancestralidade.

Na concepção Ocidental e dinâmicas sócias atravessadas pela colonialidade, a definição de estrangeiro (xenofobia) é quando uma sai do seu país de origem voluntariamente ou forçadamente para o outro país. Voluntariamente é quando ele vai para procurar a vida melhor ou fugir do regime do seu país origem. Forçadamente é como aquilo que vimos na escravidão, onde os escravizados foram sequestrados dos seus países. Essa diáspora que antes eles/as não eram os cidadãos de direito no Brasil, hoje conseguimos ser.

2 - JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Os motivos que me levaram a escolher esse tema para minha pesquisa são dois: primeiro foi a minha experiência como mãe e estudante, e segundo momento como bolsista da “Facul das crias” onde pude ouvir experiências de resistência das estudantes pretas em conciliar estudos e cuidados das crianças e fazer efetivar o almejado sonho de Formação Superior. Inseridas numa dinâmica social Ocidental, estribada no sistema de Patriarcado e enraizado no racismo estrutural, poucas mulheres pretas acessam e conseguem finalizar a sua Formação. Podemos ainda enfatizar todo o discurso romanceado sobre a jornada das mulheres, em especial as pretas, nas Universidades, que esvaziam o sentido de luta e principalmente as possibilidades de trocas sobre estratégias que as mesmas articulam, para garantir a sua permanência numa Instituição de Ensino Superior.

O processo de elaboração desta teia teórica (bell hooks, 2007), a partir do vivido subjetiva e coletivamente, em diáspora, fez-me revisitar as experiências da minha mãe, no contexto da Guiné-Bissau. Eu nasci em Bissau, capital da Guiné-Bissau, sou da expressão humana (“etnia”) pepel, um dos 33 grupos expressões humanas, que compõem a nação guineense. O pepel é uma expressão humana (grupo étnico) marcada pelo sistema de matriarcado, com ênfase no papel social de destaque das mulheres, em todos os domínios sociais (família, espiritual, económico, político, entre outros).

Segundo as narrativas da minha mãe, a presença e relação de cuidados do meu pai, durante a maternidade foi providencial, a quando do meu nascimento e

continua toda a minha infância, com o nascimento do meu irmão mais novo. Pois, todas as demandas da maternidade não ficaram só com ela, mas foram compartilhadas por ambos. O meu pai, ia nos cais (mercado ou espaço de comércio) e fazia compras, cozinhava e brincava comigo também. A minha mãe não carregava as garrafas de água, ele dizia para ela deixar que o “cavaleiro” vai buscar.

Esse pai presente, que acordava de madrugada para “ninar” o meu irmão mais novo, enquanto minha mãe dormia, também tinha sua agenda profissional que exigia o esforço delicado para atender as responsabilidades e exigências institucionais. No entanto, ele fazia o possível para participar e assumir a sua responsabilidade no âmbito familiar e doméstico. Se o meu irmão chorar até madrugada ele só tomava banho e preparava para ir dar aula às 7:00h de manhã.

Todas estas experiências sistematizadas em contextos da guineense, a partir de uma dinâmica cultural atravessada pela coletividade, intensa vivências de espiritualidade, assim como afetividades e sentido de sagrado, no processo de socialização de criança, mas também o processo de experiências e travessias de mulher na maternidade, contribuíram no meu processo de construção da subjetividade como mulher africana. Apesar dos processos de violências impostas pelo (neo)colonialismo (patriarcado) essas práticas culturais estão presentes e permeiam a nossa formação ontológica e subjetiva.

No entanto, no Brasil, na condição de estudantes mães, sem a presença da família e da comunidade, as estudantes deparam com a necessidade de levar a criança, muitas recém-nascidas, para universidade. A maioria das estudantes não tem com quem deixar em casa e, por serem estrangeiras acabam se preocupando com quem vai deixar a criança para cuidar.

Na sociedade Brasileira, as mulheres pretas sofrem várias formas de opressão de direitos básicos como, o acesso e permanência no ensino Superior. A falta de emprego preconceito até para conseguir a creche para a criança é uma resistência. O intelectual brasileiro, Silvio Almeida (2018), assegura que os fatores que levam as mulheres pretas a sofrerem racismo, vem da escravidão onde a raça negra foi inferiorizada e sem esquecer da discriminação racial como forma de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” e quem sai mais prejudicada são as mulheres. A história da raça negra começou a sofrer até hoje essa desigualdade racial. Nas suas palavras, Almeida enfatiza que a “raça não é um termo

fixo, estética. Seu sentido está inevitavelmente atrelado as circunstâncias históricas em que é utilizado.” (ALMEIDA. 2018, p.19-25).

Com essa definição da raça vamos entender melhor por que é que as pessoas pretas, em especial as mulheres estão sofrendo por essa estrutura estética que foram implantadas nas instituições pós abolição. Segundo Almeida (2018) “o fato de que as instituições atuam na formulação de regras e imposição de padrão sociais que atribuem privilégios aos brancos ou a grupos raciais específicos” (...) esse racismo que é sempre estrutural e ele é um elemento total da organização econômica e política da sociedade (ALMEIDA. 2018, p. 35 -15).

Neste sentido, pensamos que as estudantes pretas africanas e as estudantes pretas diaspóricas ou brasileiras, compartilham origem, condições e objetivos comuns. Na sociedade estruturalmente racista e patriarcal todas nós somos afetadas pelas estruturas e dinâmicas sociais marcada pelo fator racial, assim como gênero, classe, capitalismo, entre outros. Todos esses fatores condicionam o acesso aos direitos à contemporaneidade, por parte das mulheres pretas. São múltiplas opressões que interseccionam e oprimem as mulheres pretas.

Em relação à saúde, no hospital, na emergência o bebê só pode ficar com um dos pais, certamente que a mãe vai querer ficar, estão, isso impede a participação do pai nessas horas, atribuindo mais responsabilidades para a mãe. Assim, com tudo isso e mais outros fatores a mulher sempre tem impacto para atingir o seu objetivo. Por causa dessa estrutura racista, patriarcal, capitalista e sexistas que oprime a mulher.

Deste modo, nossa pesquisa parte de um questionamento fundamental que irá nos ajudar a chegar ao nosso objetivo de pesquisa: quais os desafios de permanência das estudantes mães africanas, na UNILAB? Como as epistemologias africanas e saberes ancestrais, sistematizados pelas mulheres pretas, podem contribuir na elaboração das políticas públicas que garantem a permanência das mulheres nas Universidades?

3- OBJETIVOS

3.1- Objetivo Geral:

- ❖ Identificar os problemas e dificuldades enfrentadas pelas mães estudantes pretas na UNILAB, Campus dos Malês;

3.2 - Objetivo Específicos:

- ❖ Analisar os fatores que condicionam a permanência das estudantes africanas na UNILAB Campus dos Malês, entre 2014 a 2020.
- ❖ Explicar gênero a partir das epistemologias africanas e saberes afro-ancestrais;
- ❖ Descrever as relações culturais vivenciadas durante o período de permanência na Universidade;
- ❖ Discutir as políticas de ações afirmativas e assistência estudantil para estudantes africanas, da UNILAB.

4- HIPÓTESE

O racismo estrutural e institucional, o patriarcado e o capitalismo são os fatores principais que condicionam a permanência das mães estudantes pretas na academia, na sua estrutura e políticas colonizadas e colonizadoras. Todos estes fatores mencionados refletem a falta de políticas públicas estratégicas para promover a permanência das mães pretas nas Instituições de Ensino Superior. O fenômeno de racismo estrutural empobrecimento secular, das famílias africanas, no continente e nas diásporas, pode justificar as opressões vividas e doídas pelas Iyas (OEYWUMI, 2021) nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Ao lançar o olhar sobre o mercado de trabalho e o racismo estrutural, no contexto dos países africanos e nas diásporas constituída pela população preta (a partir do holocausto da escravidão, “pandemia” de racismo estrutural, colonização) podemos perceber que as Iyas (mulheres pretas), historicamente estiveram presente no mercado do trabalho. Durante a escravidão estiveram ao serviço do sistema capitalista, atendendo a agenda do sistema escravagista que consolidou e deu força ao capitalismo selvagem. Essas famílias e mulheres pretas trabalharam gratuitamente, ou quando eram remuneradas tratava-se da mão de obra barata. Após a escravidão (abandonada pelo Estado Democrático, sem direito a terras, à educação de qualidade, acesso à moradia, crédito para construir ou empreender), as famílias africanas, em especial as mulheres pretas continuam ativas no mercado de trabalho. A maioria destes são trabalhos essenciais, considerados informais, dentro desta lógica Ocidental capitalista.

Todos estes fatores, que condiciona historicamente, o processo de mobilidade e crescimento econômica das famílias africanas, que por sua vez delimitam o acesso a vários direitos, dentre os quais, o acesso e permanência qualificada no ensino superior. A vida acadêmica das mães pode de certa forma tornar mais difícil ainda devido sobreposição de papéis sociais inculcados a partir do sistema de organização patriarcal. Os cuidados dos/as filhos/as, trabalho doméstico e a atividade profissional condicional estruturalmente o acompanhamento das dinâmicas acadêmicas, no ensino Superior.

5 - REFERENCIAL TEÓRICO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma instituição Federal com parceria especial com os países africanos de Fala Oficial Portuguesa. Que recebe os estudantes dos países de PALOP Timor-Leste nacionais e internacionais que se encontram no Brasil via SISU. Tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recurso humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

As Universidades enquanto instituições modernas, foram construídas e consolidadas a partir dos valores culturais Ocidentais, mormente o patriarcado. Deste modo, as estruturas e políticas institucionais pouco atendem os reais necessidade e expectativas que atravessam as experiências das mulheres pretas, tantos nos países africanos, quanto nas diásporas. As mulheres africanas dentro do contexto modernos coloniais e neocoloniais, são atravessadas pelos fenômenos do racismo, xenofobia, patriarcado e capitalismo.

Importa destacar que a colonialidade destituiu a intelectualidade das mulheres pretas acadêmicas, concebendo as suas experiências como pouco teórica ou menos científicas. O que demanda um esforço políticos e intelectual das mulheres pretas acadêmicas em conciliar suas experiências vividas com as teorias no sentido de

construir epistemologias que contemplem as suas cosmoconcepções (Oyewume, 2021). A intelectual bell hooks (2013), partindo das teorias da interseccionalidade, defende o ativismo das mulheres pretas acadêmicas no enfrentamento as múltiplas opressões como forma de superação dos processos (neo) coloniais. Nas suas palavras, hooks (2013) assegura:

“Infinitas vezes, os esforços das mulheres negras para falar, quebrar o silêncio e engajar-se em debates políticos progressistas radicais enfrentam a oposição. Há um elo entre a imposição de silêncio que experimentamos e censura anti-intelectualismo em contextos predominantemente negros que deveriam ser um lugar de apoio (como um espaço onde só há mulheres negras), e aquela imposição de silêncio que ocorre em instituições onde se dizem as mulheres negras e de cor que elas não podem ser plenamente ouvidas ou escutadas porque seus trabalhos não são suficientemente teóricos (HOOKS, 1994, 95).”

No contexto da luta da libertação e na construção da Guiné-Bissau, teve participação das mulheres, segundo Godinho, “da participação das mulheres na luta de independência da Guiné-Bissau(...) à participação feminina na luta armada e na reconstrução nacional, na Guiné-Bissau” (Godinho. 2016, p. 122). Com essa participação das mulheres Guineense na luta o líder do partido P.A.I.G.C que é o Partido da independência da Guiné e Cabo-Verde, sempre realça que para dar a escola às mulheres a fim de elas participarem na política e na hora do casamento que elas possam escolher bom marido conforme os seus desejos e que não aceitem um casamento forçado. Para realçar essa fala trago a fala da Godinho, “para a necessidade de educar as meninas como forma de as autonomizar e de torna-las livres e aptas a fazerem as próprias escolhas, quer no trabalho, quer na vida privada”(GODINHO. 2016, p. 127)

Essa emancipação feminina que foi sempre realçado por Godinho (2016) tive oportunidade de vivenciar isso na minha família, onde não há divisão de tarefa por gênero, dizendo que a cozinha é para mulher e jogar bola é para os homens. Dentro da minha família começando por meu pai, ele cozinha e meus irmãos também, ou seja, todo mundo trabalho, porque a nossa divisão da tarefa era por dia de trabalho não por gênero.

Essas vivências culturais da minha família não acontecem nas outras casas da comunidade, e esse hábito que a gente tem em casa é, porque minha avó ensinou

isso para minha mãe e os meus tios por causa dessa forma dela, os meus tios sabem cozinhar muito bem, e o mais novo da minha mãe foi cozinheiro da embaixadora de Angola na Guiné, se a minha avó o-deixasse sem aprender tal tarefa, ele não teria conseguido esse trabalho.

Nos meus primeiros anos na universidade, comecei a ouvir a discussão sobre o gênero, onde a definição de gênero é bem forte, como divisão social de tarefa doméstica. Ademais, se ela for casada ou vive juntos com o noivo com um/a filho/a, a responsabilidade cai mais em cima da mulher por causa da definição da “invenção” da categoria social mulheres no ocidente (OYEWUMI, 2021). Segunda socióloga nigeriana, a categoria mulher que emerge do feminismo euro-americano é uma categoria gentrificada, isto é, ela concebida definida a partir da relação com o masculino, na condição de esposa. Dentro desta concepção Ocidental, o modelo de família é tomado como uma referência para definir outras famílias com se todas são brancos da classe média. (OYÈWÚMI, 2000, p.2).

Nessa mesma definição de classe e gênero afeta somente as mulheres como se o gênero é exclusivamente à mulher. Pois, o papel do homem em família nuclear “branca” tem um caráter ou uma definição diferente. Por outro lado, a mulher no feminismo euro-americano significa esposa, e não é nova essa afirmação. Em contrapartida os pesquisadores africanos ou antropólogas feministas do continente estão segundo Oyéwúmi “concentrar em categoria sociais que elas percebem ser definidas pelos homens, equivalente à categoria de esposa no ocidente” (iden, 2000, p.4).

Segundo Oyéwúmi, em muitas pesquisas antropólogos feministas a palavra mulher é sinônimo de esposa o marido como homem, segundo relato das mulheres ioruba da sociedade africana, as mulheres controlam boa parte do fornecimento alimentar. Com dinheiro guardado, elas usam para comercializar nas feiras com tudo isso elas continuam respeitando os seus maridos. (OYEWUMI. 2000, p.4).

A palavra Oko na língua Oyoruba segundo OYÈWÚMI, significa esposo em inglês pode ser usado tanto para o homem como para a mulher. As mulheres nessa comunidade ocupam o papel dos esposos e alguns do marido referido a citação são mulheres (OYÈWÚMI. 2000, p.4). No contexto ioruba antes da chegada dos

colonizadores britânicos, a palavra esposa não tinha gênero específico, mas tem um significado de relações de respeito em qualquer casal. A organização familiar africana é pelo sangue mãe, pai, filhos/as netos podem viver numa casa, nesse tipo de famílias os laços parentesco da organização social chamada “família” (OYÉWÙMI. 2000, p.5).

A família africana ioruba com essa forma de morar junto não acontece sempre ou não é limitada só a esse tipo que é de morar tudo mundo junto. Já no sistema familiar akan, em Gana, o laço mais importante é da mãe, esse mesmo processo acontece na Guiné-Bissau, na região de Biombo da etnia *pepel* porque a linhagem é matrilinear como afirma. Segundo a vitória, “a região de Biombo cuja etnia predominante é *pepel* na qual a linhagem do pertencimento familiar vem do lado da mãe, ou seja, a linhagem é matrilinear” (CÓ, 2018, p.14)

Para realçar mais essa tese, trago a história das mulheres africanas que têm a base matriarcal que evidencia os grandes impactos para Europa como podemos ver no livro “Mulherisma africano é que os valores matriarcais que os povos africanos retiveram teve um grande impacto sobre a Europa durante e após a destruição de Kemet.” (JORNAL DE ESTUDOS NEGROS. Mulherisma africana, 1998, p.16).

A tentativa de estudar para poder cuidar dos seus/as filhos/as e dar o melhor para eles/as por estar passando as mesmas dificuldades de estudar, dificuldades das comunidades das mulheres negras por causa do racismo e patriarcado como valores culturais europeus e judaico Cristão, impostas a partir colonização árabe do século VII e colonização europeia do século XV.

No Brasil, acesso à educação era para os homens ou aqueles com 14 anos. Mas, as mulheres eram proibidas a estudar devido ao trabalho e como também o racismo estrutural que vem complicando ainda mais o acesso aos direitos a educação superior na atualidade. Conforme os estudos

Esses negros que a duras penas conseguiram ingressar nas escolas eram um grupo restrito de negros livres ou libertos. Conforme o decreto 7031 de 06 de setembro de 1878 só podia se matricular pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos livres ou libertos, saudáveis e vacinados. Deste modo fica evidente a exclusão das mulheres negras e escravos, visto que para

estes era impossível executar trabalhos de longas jornadas e ter o “luxo” de aprender a ler e escrever. (S/N, p.2)¹

Antes da abolição da escravatura para um negro conseguir era difícil, ou seja, a educação não era para todos e quem sofreu mais nesse processo são as mulheres em especial as pretas. E depois da abolição da escravatura os negros não foram indenizados, ou seja, direito a terra ou alguma coisa para que possam recomeçar em vez de isso eles começaram tudo de novo continuando assim facilitar os brancos. Conforme a Beatriz Muccini Costa Oliveira et al (2019):

A após a abolição da escravatura, a proclamação da República no Brasil, em 1889, trouxe junto uma nova constituição, que, apesar de garantir a liberdade da população negra, não assegurou seus direitos, de forma a não oferecer reais ganhos materiais ou simbólicos a essa parcela da população, mantendo, assim, o *status quo* da branquitude e a marginalização do negro. (OLIVEIRA et al 2019, p.940)

Com esses direitos que não foi segurado para as populações pretas, e sem benefícios isso deixou a liderança ainda com os brancos, isso traz muitas preocupações aos negros e assim surgiu o Movimento Negro Unificado, MNU para protestar contra proibições dos negros/as nas universidades e de agressão contra eles. Segundo os grupos de estudo da educação sobre os negros que falou da,

A exclusão social e racial permanece após décadas do período abolicionista, limita o ingresso dos negros/as nas universidades, e qualifica-o como marginal. A militância pela ruptura das desigualdades e injustiças sociais fez emergir o Movimento Negro Unificado (MNU), 90 anos após a abolição.” (S/A, p.3)

Essa exclusão racial histórica no Brasil impediu e ainda condiciona a participação da população preta dentro da academia, o que levou a criação desse movimento, também para proteger os negros contra o ataque racial. Com essa história fez com que os intelectuais começaram a preocupar com a educação dos negros e principalmente das negras que foram negadas a educação escolar.

¹ Acesso em: https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-questao-cor-trajetoria-educacional-dos-negros-brasil.htm#_ftn4 no dia: 14/08/2021.

No artigo da autora Henriques (2016, p. 70), mostra preocupada com a educação das mulheres negra no Brasil, porque para uma mulher negra conseguir lugar numa escola pública secundária, ela deparava com muita dificuldade e ainda se é a mãe o problema se torna ainda maior. Para ela,

Assim, a educação superior que fora historicamente negada para a população negra, em especial para as trabalhadoras domésticas negras, passou a ser um horizonte de luta das mulheres negras, principalmente da juventude negra que assistiu à geração anterior, a de seus pais, ter o direito à educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras (HENRIQUES, 2016, p. 70).

Diante disso, o nosso trabalho se enquadra dentro dessa luta racial, permeada pelos problemas de classe social, gênero, que marca a trajetória de resistência das mulheres pretas na contemporaneidade. A população negra, em particular das mulheres negras que querem estudar enfrentando as dificuldades como a sobreposição de trabalhos domésticos e os cuidados familiares.

Após a III conferência mundial contra o racismo realizada em Durban África do Sul no dia 31 de agosto a 7 de setembro de 2001. Com objetivo de pensar o racismo e que lugar ocupa hoje as mulheres na sociedade e em todo continente e em especial no Brasil, e a preocupação na esfera política, quais são lugares que elas ocupam dentro dos ministérios ou outros lugares de trabalho, se falar das mulheres negras, e repensando a escravidão isso envolve afro-diáspora. Com esse encontro surgiu muitas vagas nas faculdades federal para negros e pardas. Neste sentido, Santos afirma que:

sob forte impacto da realização da Conferência de Durban, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2001, a Lei nº 3.708/2001 [...]". Essa legislação instituiu a reserva de vagas de até 40% nos cursos para as populações negras e pardas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). (SANTOS, apud, HENRIQUES. 2016, p17).

A conferência que ocorreu em Durban em África de Sul a assembleia de Rio de Janeiro aprovou uma lei que permite mais participações das mulheres negras e pardas nas instituições federais e isso ocorreu nas outras faculdades federais. As cotas para as negras/os e pessoas de baixa renda inserida nas universidades federais, no ENEM. A primeira faculdade a inserir foi a de Brasília. Segundo o (Decreto-lei no 7824/2012)

com isso 50% das vagas de IFES é para os alunos da família de bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário mínimo (HENRIQUE, 2016).

Com isso, eles pensaram que deve haver uma distribuição proporcional de vagas para os afrodescendentes (pretos e pardos) e indígenas. Essa vaga permite que os africanos/as ao participar da prova de ENEM se conseguir boa nota, concorri para vaga dentro de uma universidade federal ou particular. Mas, o que chama mais atenção é quando uma estudante mãe ou gestante concorra para essa vaga dentro da universidade com o intuito de conseguir um suporte para o seu estudo e para quando nascer seu bebê ter uma ajuda da faculdade afim de associar a maternidade e estudo.

Conforme o decreto da Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975, viabilizou a inclusão da mulher mãe, gestante, a partir do oitavo mês, e lactante ao regime de exercícios domiciliares. Mesmo com essa lei isso não diminuiu as demandas que as mães estudantes enfrentam para fazer os exercícios domiciliar. Pensando nas mulheres e no futuro de um país, as mulheres mães deveriam ter mais meses em casa no período de pôs parto. Vamos ver novas leis segundo Deputado JEAN WYLLYS:

De acordo a proposição, nos termos do seu artigo inaugural, mediante mutação dos dois primeiros artigos da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, a partir do oitavo mês de gestação e até seis meses após o nascimento da criança, a estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, em estado de gravidez, puerpério ou lactação em livre demanda, fica assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. É previsto, ainda, pela inovação legislativa, que, em casos excepcionais devidamente comprovados mediante laudo médico, poderá ser aumentado, antes e depois do parto, o período de repouso, sendo a estudante incluída no regime de exercícios domiciliares. (Wyllys, 2015, p.2)

Com essas leis que permitem as mães estudantes conseguir uma vaga e ter licença pós-parto ou se tiver algum risco segundo a testado medico essa pode ficar sem frequentar as aulas presencial realizando as tarefas a distância e esse pode prolongar até seis messes de amamentação se o problema continuar.

No caso das estudantes africanas da Unilab, Campus dos Mâles, o desafio é bem maior. Pois, com a lei que permite 90 dias de repouso depois do parto, ao voltar para sala de aulas enfrentam mais dificuldades por não ter com quem deixar suas crias. Sendo assim, elas são obrigadas ir para faculdade com os seus bebes recém-nascidos.

Vivenciando isso como mãe e estudante preta, trago as narrativas de resistência de algumas mães, que colaboram na construção]ao desta teorização suleada. Segundo “Ponú (pseudônimo) a gravidez não havia sido planejada. Segundo as usas palavras, “eu era novata acabei de chegar, mas fui acolhida por muitas pessoas e acabei me acostumando com a gravidez e amando meu filho” (PONÚ, 2021). O parto foi de cessaria, tinha duas pessoas comigo no hospital e depois que voltamos para casa. Também como todo mundo sabe da demanda das aulas aquelas pessoas não conseguem ficar comigo por muito tempo. Depois que elas forem embora a dificuldade, dobrou porque eu tinha medo de levantar, por conta das limitações física após o parto. Porém, não havia outra alternativa senão lidar com o bebe e os trabalhos domésticos e atividade da faculdade.

Segundo a nosso intelectual Ponú (2021), na hora de estudar me encontro dificuldade aí espero meu filho dormir e fico até de madrugada estudando, e se ele acordar fico com ele no colo dando-o de mamar e realizando as tarefas, tem dia que ele demora para acordar.

Outra dificuldade, é financeira o auxílio que é pago pela faculdade depois que a fralda ganho do chá de fralda e ele começou a comer, não deu mais porque a despesa aumentou, tive que cortar muitas coisas que uso como mulher para cobrir essa despesa. Penso em pedir ajuda aos meus pais, mas com essa pandemia eles também enfrentam muitas dificuldades e desisti de pedir, se for falar de toda dificuldade não vamos terminar hoje.

Deparando com todas essas dificuldades me fez lembrar do meu país que se fosse lá eu não ia ter essas dificuldades, porque o filho ou a filha não é só dos pais, mas sim de toda a comunidade, eu ia fazer as minhas tarefas na hora certa ir para faculdade sem precisar leva-lo, e a comida o que dá para um dá para todos.

Contamos com as narrativas sistematizadas a partir das travessias doídas, da Mariana (pseudônimo, entrevista realizada 27 de julho de 2021). Nas suas próprias palavras, “eu sou mamãe de duas meninas, antes da pandemia deixava elas na creche e ia na faculdade assistindo as aulas, e se terminar as aulas vou laboratório ou biblioteca estudar. No dia que elas não foram para creche levo-as para faculdade e deixo na “Facul das crias” se tiver alguém, e se não tiver levo elas para a sala de aula. Nessa pandemia a dificuldade aumentou por causa da demanda e por não ter alguém para me ajudar a tomar conta das meninas. Por outro lado, com os trabalhos

domésticos tornam muito difícil juntar a faculdade, maternidade e os trabalhos domésticos (MARIAMA, 2021).

Em comparação com o meu país, aqui encontrei mais dificuldade porque na minha comunidade as crianças são de todo mundo e tinha minhas irmãs e as minhas cunhadas que me ajudavam, então estudar não é difícil como aqui. Segundo a entrevista feita no dia 28/07/2021 a Mãe “N’simble” eu não tenho muito que falar porque quando fiquei grávida já tinha terminado o curso, mas foi aquela dificuldade de gestação e pós-parto é um processo que as vezes a gente não consegue dar conta, tem que ter assim muito foco, assim dia a dia realmente é muita coisa para gente pensar a responsabilidade de alimentação e da fralda.

Comecei a sentir essa dificuldade quando iniciei a escrever o meu projeto de mestrado, começo a leitura não termino paro para dar atenção a minha filha, uma hora o pai pega e eu fico trabalhando. Agora a dificuldade é na correria de trabalho eu e o pai saímos para trabalhar é isso.

Portanto, com base no referido acima trago a entrevista feita por Cardoso, onde relatei o motivo da minha mudança de Estado para o outro, meu parto e como aceder o estudo e a maternidade:

Núria Cláudia Barros da Silva, estudante do bacharelado em Humanidade, de 24 anos e nascida na Guiné mais especificamente em Bissau, mostra que: sou a mãe, mãe da primeira viagem aqui no Brasil, quando eu estava grávida eu estava no Espírito Santo, depois resolvi vim pra cá, porque resolvi vir pra Bahia, aqui no Brasil, eu vim pro município de São Francisco do Conde...eu vim pra Unilab pra ficar mais perto do pai do meu filho que é o Gilson, pra poder me ajudar, pra poder me facilitar também...vida de mãe e estudante, é como você fazendo duas faculdades ao mesmo tempo, posso dizer três faculdades porque quase você não dorme à noite, estudar com bebê não é fácil...o meu filho, a hora que eu ia estudar é hora que ele está dormindo, vou estudar umas meia noite, até duas e pouco de manhã posso dizer já...é porque se eu for estudar no horário normal eu não vou conseguir porque eu começo a leitura e ele chora, tem que parar e ele quer trocar fralda, fazer cocô e outras coisas...muito trabalho (CARDOSO, s/n)

Com base nesse relato vimos a dificuldade de juntar a faculdade e a maternidade. Reforço que indo para escola com criança é um problema porque se só você e os textos as aulas as vezes torna difícil imagina estando com criança que quando ele chora você sai para não incomodar as colegas. E no dia da prova se não tiver ninguém na Facul das Crias ou se minha vizinha não pode ficar com ele e as

meninas também estiveram ocupadas levo-o e deixo a professora com ele só para eu poder fazer a prova. Precisam criar mais políticas para ajudar as mães estudantes, criar uma creche dentro da faculdade para facilitar, e se poder dar até uma merenda e fralda para as crianças, porque a mãe não tem como arcar com todas essas despesas com o auxílio da faculdade.

Todas estas narrativas, refletem o princípio de Irmandade Genuína entre mulheres pretas, como característica cultural reverenciada no paradigma epistemológico de Mulherisma Africana, sistematizada pelo intelectual Clenora Hudson-Weens. Segunda a intelectual africana “A relação de amizade existente entre as mulheres, sempre houve um vínculo que pode ser quebrado – a irmandade genuína. Este vínculo de irmandade é recíproco, no qual cada uma dá e recebe igualmente ((HUDSON-WEENS. 2020, p.82). Pois, Facul das Crias, foi um projeto pensado e dirigido por mulheres a partir de princípio de irmandade, solidariedade e coletividades, imanado na sacralidade como forma de cuidado e acolhimentos, e proteção das crianças e mães pretas, dentro do espaço acadêmico. Nos termos da Clenora, “O Mulherismo africana, é uma proposição teórica e prática, com o propósito de “recuperar o que pode ter sido perdido, roubado ou negado através do século da escravidão colonialismo, imperialismo e outras formas de estruturas hierárquicas” (HUDSON-WEENS. 2020, p.208).

Esse trabalho ajudará a compreender as dificuldades passada pelas mães e pensar as políticas públicas para efetivar uma permanência digna para todas terem direito de construir a sua intelectualidade e contribuir no processo de libertação e superação das colonialidade; também a instituição Unilab a conhecer a dificuldades das suas alunas mães a fim de ajuda-las, através de mais apoio a Facul das crias e outros espaços onde elas possam deixar suas “crias” segura e estudar tranquila a fim de tirar bom rendimento ou aproveitamento acadêmico este trabalho pode ajudar outras faculdades, e criar os projetos voltadas para as mães. Também essa dificuldade é verificada nas outras faculdades como afirma HENRIQUE:

Na UFRJ, nosso campo empírico, observou-se que a política de permanência existente para essas mulheres no âmbito educacional é insuficiente e não reduz a sobrecarga da dupla jornada, nem tampouco permite a diplomação dentro do prazo estabelecido (HENRIQUES, p.75. 2016).

As mulheres negras mães não precisam só de “bandejão ou restaurante universitário), moradia (alojamento ou república) e dinheiro (auxílio-creche) para que possam frequentar as aulas nas universidades públicas; (HENRIQUES, p.76). As mulheres pretas mães precisam das leis que vão lhes dar mais suporte nas universidades que permitam-lhes afastar por mais tempo em vez de 90 dias ao nascimento do bebe.

6 - METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa iremos utilizar pesquisa qualitativa, que segundo José Luís Neves pesquisa qualitativa “esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado” (LUIS apud MANNING. 1996.s/n). Nesta mesma linha, as autoras Denise F. Silveira e Fernanda P. Córdava afirmam que a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (Denise e Fernanda, 2009, p.31). Nessa linha, a nossa pesquisa parte desse pressuposto, de preocupar-se com o grupo social, que são, mães estrangeiras na Unilab particularmente, campus e de Malês.

Para alcançar os objetivos da nossa pesquisa com eficiência, iremos utilizar a pesquisa exploratórias, que segundo Tatiana 2009 “buscam uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações que poderão levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito” como pretendemos trazer relatos das mães que são as mesmas semelhanças com a minha, então, irá me ajudar a conhecer mais essas dificuldades, por isso, usaremos a técnica de entrevista, que segundo os autores, a entrevista:

Esta constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de dialogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada. (Gerhard et al. 2009, p.72).

Optamos por esta técnica para pudermos chegar ao nosso objetivo de pesquisa. Então, entre as técnicas de entrevista, a nossa pesquisa pretendemos ser realizada, com entrevista não-estruturada “Também é denominada não-diretiva: o entrevistado é solicitado a falar livre- mente a respeito do tema pesquisado. Ela busca a visão geral do tema. É recomenda nos estudos exploratórios.” (Gerhard et al. 2009, p.72). A nossa entrevista irá deixar as mães expressarem e explicarem sobre as suas dificuldades, como isso, não vai ser entrevista com perguntas definidas.

A escolha dessas mulheres fundamenta esta teórica porque, elas são intelectuais muito importantes para essa pesquisa e se não fossem elas essa pesquisa não teria sentido e nem eficácia. São mulheres que elaboram e sistematizam diariamente as estratégias de resistência e permanência na Universidade. A partir das opressões e experiências vividas e doidas, elas resinificam as estratégias de permanências na instituição, para garantir o direito básico de acesso ao ensino superior. Esse direito foi historicamente negado as mulheres pretas, continentais e diásporas por causa do racismo e patriarcado. Enfim, as referidas mulheres criam as suas próprias ações e ajudam a instituição a definir políticas e estratégias de permanência.

7 - CRONOGRAMA DE PESQUISA

Atividades	1 Semestre	2 Semestre	3 Semestre	4 Semestre	5 Semestre	6 Semestre
Reelaboração do projeto	X	X	-----	-----	-----	-----
Leituras de textos e fechamentos	-----	-----	X	X	X	-----
Análise de entrevistas	-----	-----	-----	-----	X	X
Redação de projeto	-----	-----	-----	-----	X	X
Revisão e apresentação	-----	-----	-----	-----	-----	X

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CARDOSO, Lauro José: **Tornar-se mãe**: narrativas das jovens Mulheres Africanas em São Francisco do Conde (Ba), 2019.

CÓ, Victória. **Violência física e psicológica contra mulher na região de biombo Guiné-Bissau** (2012-2018).

DESLANDES, Suely Ferreira: Teoria, método e criatividade/ Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecilia de Sousa Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-questao-cor-trajetoria-educacional-dos-negros-brasil.htm> acesso @dos, Autores 1ª edição: Direitos reservados desta edição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

FONSECA, Fabiane Rodrigues: **Mães negras**: as próprias do tornar-se mãe e suas influencias estabelecimento de vinculo mãe – bebê. Fevereiro de 2017.

GOMES, Patrícia Godinho. “**As outras vozes**”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere**, v. 1, n. 1, 2016.

XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana, GOMES, Flávio (org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravagista e do Pós-Emancipação**. Selo Negro, São Paulo, 2012.

HENRIQUES, Cibele da Silva: **Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe**: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. Junho 2016.

HUDSON-WEENS, Clenora. **Mulherismo Africana**: Recuperando a nós mesmos. Trad. Wanessa A.S.P. Yano. Editora Ananse. SP. 2020.

HOOKS, Bell; **A teoria como prática libertadora**. In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, **Mulherisma Africana**, Vol. 28, No 5, maio de 1998 515-539.

NEVES, José Luís: **pesquisa qualitativa** – caraterísticas, usos e possibilidades. São Paulo, V.1, No 3, 2o SEM./1996.

OYÈWÚMI, Oyèronké. **Family bonds/Conceptual Binds**: African notes on Feminist Epistemologies. **Signs**, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

_____. A Invenção das Mulheres: construindo um sentido Africano para os discursos Ocidentais de Gênero. Trad. Wanderson Flor de Nascimento. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, 2021.

WYLLYS. Jean, **Comissão de defesa dos direitos da mulher**: projeto de lei N° 2.350, DE 2015.